



**PROCESSO TC nº 10.223/18**

**RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca, **Sr. Pedro Jácome de Moura**, concedendo aposentadoria por invalidez a **Sra. Roberta Paula Pinto Fonseca**, matrícula nº 94472-6, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 04 anos, 09 meses e 04 dias de tempo de contribuição e idade de 39 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator

**VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria AP – 036/2018] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator



## 1ª Câmara

Processo TC nº 10.223/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Roberta Paula Pinto Fonseca*

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca**

Gestor Responsável: *Pedro Jácome de Moura*

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria por invalidez. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0607/2021

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 10.223/18**, referente aposentadoria por invalidez da **Sra. Roberta Paula Pinto Fonseca**, matrícula nº 94472-6, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria AP – 036/2018], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 03 de junho de 2021.**

Assinado 3 de Junho de 2021 às 11:26



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 3 de Junho de 2021 às 11:17



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 7 de Junho de 2021 às 10:39



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO